

Sobre os Votos Nulos

Luis de Brito

Num trabalho anterior ("Uma nota sobre o recenseamento eleitoral", Boletim IDeIAS nº2, 29 de Setembro de 2008) fizemos uma breve análise do recenseamento eleitoral e apontámos alguns aspectos de intransparência na gestão do processo eleitoral. Desde então, realizaram-se as terceiras eleições autárquicas em 19 de Novembro de 2008 e foram numerosos os observadores que elogiaram os progressos feitos em termos de organização e transparência (sobretudo no tratamento dos resultados) pela Comissão Nacional de Eleições (CNE) e pelo Secretariado Técnico para a Administração Eleitoral (STAE). Na nossa opinião, os progressos registados, se são óbvios em relação aos processos eleitorais anteriores, são ainda insuficientes para garantir uma condução exemplar das eleições. Vamos neste número analisar alguns aspectos relativos aos votos nulos e à sua requalificação e tentar mostrar que o sistema de administração eleitoral não respeita neste domínio o princípio de imparcialidade que deve caracterizar a sua actuação.

Uma visão histórica dos votos nulos

De acordo com os resultados oficiais divulgados pelos órgãos de administração eleitoral, nas eleições legislativas de 1994 registaram-se 6% de votos nulos e 5% em 1999 e 2004. A percentagem de votos requalificados (votos considerados nulos nas mesas de voto e posteriormente validados pela CNE) não é conhecida para 1994, mas foi de 29% e 31% em 1999 e 2004, respectivamente. As percentagens de votos requalificados, correspondendo a cerca de um em cada três votos anulados, mostram que os membros das mesas de voto tendem a usar critérios de análise mais rigorosos que os estabelecidos pela lei, a qual salvaguarda que quando a intenção do voto do eleitor é clara, o voto deve ser contado, independentemente da forma como está marcado. No entanto, a aplicação com zelo excessivo da lei pelas equipas das mesas de voto não seria relevante, nem grave, se tal fosse feito no respeito da imparcialidade que é requerida aos agentes eleitorais. Tal não é o caso: os dados disponíveis relativos à requalificação dos votos nulos pela CNE mostram que tem havido uma nítida parcialidade dos membros das mesas na classificação dos votos nulos, em detrimento da Renamo. Assim, nas eleições legislativas de 2004, dos 48 813 votos requalificados em favor da Frelimo e da Renamo-União Eleitoral, 21 510 (57%) foram-no para esta última e 16 123 (43%) para a Frelimo, o que significa que houve maior "rigor" na avaliação dos votos favoráveis à Renamo-União Eleitoral. Este padrão tinha já sido também observado - e de forma ainda mais clara - nas eleições autárquicas de 2003.

Como se pode ver na tabela 1, a média dos votos nulos nas 33 autarquias foi ligeiramente superior a 3%. Se admitirmos que existe uma relação entre os votos nulos e o nível educacional dos eleitores, ou, mais precisamente, que nas zonas onde a taxa de analfabetismo é mais elevada há uma maior probabilidade de ocorrência de votos nulos, a percentagem mais baixa de votos nulos registada nestas eleições em relação às taxas observadas nas eleições gerais é normal, pois o eleitorado das autarquias é mais urbanizado e mais educado que a média nacional. Para além disso, esta tabela dá-nos algumas outras indicações interessantes. Um valor anormal aparece em relação à percentagem de votos nulos na Ilha de Moçambique. Neste caso, parece evidente que se tratou de uma forma usada pelas equipas das mesas de voto para reduzir o número de votos em favor da Renamo-União Eleitoral. Embora a níveis muito menos significativos, pode-se observar essa mesma tendência nas autarquias da província de Gaza (Chibuto, Chokwe e Mandlakaze), com excepção da capital provincial, Xai-Xai. Com efeito, parece que numa região de total hegemonia da Frelimo como é a província de Gaza a intolerância política é grande e é difícil aceitar mesmo os raros votos em favor da oposição.

As duas últimas colunas da tabela 1 mostram a percentagem de votos requalificados para cada um dos partidos em relação aos votos por eles obtidos. Em média, o número de votos requalificados em favor da Renamo-União Eleitoral foi de 1,3% do total de votos obtidos por esta formação política, enquanto o valor correspondente para a Frelimo foi apenas de 0,5%, ou seja, a Renamo tem à volta de duas vezes mais votos injustamente anulados que a Frelimo, o que ilustra a parcialidade da actuação dos membros das mesas de voto em favor do partido no poder.

Os votos nulos nas eleições autárquicas de 2008

Uma análise superficial dos resultados das eleições autárquicas de 2008 dá a ideia que os membros das mesas de voto teriam sido menos parciais no seu

Tabela 1 – Eleições autárquicas 2003

Municípios	% nulos	% requalificados	
		Renamo	Frelimo
Angoche	3,6	2,3	0,9
Beira	2,4	1,0	1,0
Catandica	3,3	1,4	0,9
Chibuto	5,4	6,1	0,1
Chimoio	3,2	0,1	0,2
Chokwe	3,7	2,9	0,4
Cuamba	3,5	0,5	0,1
Dondo	3,1	0,5	0,1
Gurue	4,0	0,2	0,0
Ilha de Moçambique	12,5	5,7	2,0
Inhambane	4,1	1,6	1,0
Lichinga	3,5	2,5	0,8
Manhiça	6,1	1,2	0,7
Manica	2,0	1,4	0,3
Manjacaze	3,4	3,8	1,5
Maputo	2,0	0,6	0,5
Marrromeu	8,0	0,5	0,3
Matola	3,2	0,1	0,0
Maxixe	5,9	0,8	0,2
Metangula	2,8	0,0	0,2
Milange	3,7	2,5	0,7
Moatize	3,9	1,3	0,4
Mocimboa da Praia	2,4	0,9	0,4
Mocuba	4,7	1,4	0,5
Montepuez	3,8	0,5	0,1
Monapo	6,2	4,0	1,2
Nacala Porto	4,7	2,9	2,0
Nampula	3,0	1,1	0,7
Pemba	2,7	0,8	0,4
Quelimane	3,4	0,7	0,4
Tete	3,0	0,3	0,0
Vilanculos	6,1	3,0	1,5
Xai-Xai	3,1	0,3	0,0
TOTAL dos 33 Municípios	3,30	1,29	0,48

*Na mesma lógica de intolerância política, o candidato da Renamo à presidência do Conselho Municipal nas últimas eleições foi ilegalmente detido pela polícia, como foi sublinhado pelo Conselho Constitucional no seu Acórdão de proclamação e validação dos resultados eleitorais (Acórdão nº 02/CC/2009, de 15 de Janeiro), tendo sido restituído à liberdade apenas uns dias antes do escrutínio.

Municípios	% nulos	% requalificados*	
		Renamo	Frelimo
Angoche	6,5	0,3	0,5
Beira	2,0	0,2	2,8
Catandica	3,3	0,2	0,0
Chibuto	3,0	3,3	0,2
Chimoio	1,8	0,2	0,2
Chokwe	2,3	0,2	0,2
Cuamba	2,3	0,8	0,7
Dondo	5,2	1,0	0,1
Gurue	2,5	0,1	1,1
Ilha de Moçambique	7,5	3,3	3,7
Inhambane	2,9	2,1	0,7
Lichinga	3,4	0,9	0,3
Manhiça	3,8	1,8	0,5
Manica	1,3	0,1	0,2
Manjacaze	1,7	0,0	0,3
Maputo	1,8	0,3	0,3
Marrromeu	3,3	0,3	0,2
Matola	2,3	0,5	0,3
Maxixe	2,3	2,0	1,1
Metangula	2,0	0,6	0,4
Milange	2,1	0,6	0,3
Moatize	2,9	0,9	0,2
Mocimboa da Praia	2,8	0,7	0,3
Mocuba	2,2	0,3	0,4
Montepuez	3,1	0,9	0,5
Monapo	8,6	1,7	0,5
Nacala Porto	4,6	1,4	2,2
Nampula	2,7	0,8	0,5
Pemba	2,9	0,9	0,7
Quelimane	2,8	0,0	0,0
Tete	2,6	1,0	0,2
Vilanculos	5,0	3,1	1,8
Xai-Xai	2,7	0,8	0,4
Marrupa	2,9	5,5	0,1
Mueda	2,1	0,7	0,2
Ribaue	3,1	0,8	0,8
Alto Molocue	2,0	0,4	0,1
Ulongue	6,5	1,1	0,1
Gondola	1,9	0,7	0,1
Gorongosa	1,7	0,7	0,1
Massinga	4,2	4,9	1,7
Macia	2,9	2,4	0,2
Namaacha	3,4	0,5	0,6
TOTAL dos 43 Municípios	2,70	0,60	0,60
TOTAL de 37 Municípios**	2,55	0,59	0,35
Os restantes 6 Municípios	3,38	0,67	2,27

* Percentagem calculada em relação ao número de votos do próprio partido.
** Excluídos: Angoche, Beira, Ilha de Moçambique, Nacala, Marrromeu (antes governados pela Renamo) e Gurué.

juízo sobre a validade dos votos, pois, como se pode ver na tabela 2 (na linha "total dos 43 municípios"), a Renamo e a Frelimo apresentam exactamente a mesma percentagem de votos requalificados pela CNE (0,6%). Porém, depois de uma análise mais cuidada, essa constatação revela-se enganadora.

De facto, os valores médios escondem uma variação muito importante e significativa entre dois grupos de municípios. Assim, se calcularmos a percentagem de votos requalificados excluindo os municípios que estavam desde 2003 sob administração da Renamo e o Gurué (onde um candidato da Renamo muito popular tinha evidentes possibilidades de vencer), verificamos que o *ratio* entre os dois partidos apresenta o padrão habitual, isto é, a percentagem de votos requalificados em favor da Renamo (0,59%) é próxima do dobro do valor observado para a Frelimo (0,35%) (tabela 2, "total de 37 municípios"). Ao mesmo tempo, a análise dos dados relativos aos outros municípios revela resultados "surpreendentes" (tabela 2, "os restantes 6 municípios"): 0,67% para a Renamo e 2,27% para a Frelimo. Em primeiro lugar, surpreende que estes valores se situem bastante acima da média, embora não haja absolutamente nenhuma razão para se pensar que os eleitores destes municípios tenham mais dificuldade que os outros no acto do voto. Em segundo lugar, ainda

influenciá-los.

Beira, Nacala e Gurué

A Frelimo investiu muito, material e politicamente, na tentativa de recuperar a governação da Beira, segunda maior cidade do país e bastião da Renamo. Apesar da divisão criada no seio da oposição e que se traduziu na substituição do candidato inicial da Renamo, o presidente cessante Daviz Simango, e na candidatura independente deste, a Frelimo acabaria por não alcançar o seu objectivo, pois o seu candidato à presidência do município perdeu a eleição e na assembleia apenas obteve uma maioria relativa. Porque o que estava em jogo nesta eleição era particularmente importante para a Frelimo, é interessante verificar neste caso específico até que ponto a parcialidade que temos vindo a analisar se manifestou no comportamento da administração eleitoral ao nível local.

A análise dos dados relativos à Beira mostra duas tendências diferentes. Em relação à eleição do presidente do Município, vemos aparecer o cenário clássico em que a CNE requalificou uma maior percentagem de votos dos candidatos da oposição, vítimas do rigor e parcialidade das mesas de voto. Assim, o candidato da Frelimo, Lourenço Bulha, teve 0,3% de votos requalificados pela CNE, o candidato da Renamo, Manuel Pereira, teve,

mais surpreendente é o facto de a Frelimo ter obtido, completamente fora do padrão que caracterizou todas as eleições anteriores e a maioria dos municípios em 2008 também, uma percentagem de votos requalificados (2,27%) que é mais de três vezes superior à da Renamo (0,67%).

Os números acima referidos levam-nos a considerar que não só há uma tendência da administração eleitoral para favorecer a Frelimo, como se tinha visto anteriormente, mas também que essa parcialidade tende a exacerbar-se nos locais onde a competição entre os dois principais partidos é mais forte e está em causa o controle das instituições políticas, neste caso de governação municipal. Embora frequentemente essa parcialidade não tendo impacto nos resultados, nalguns casos pode

comparativamente, cinco vezes mais votos requalificados (1,5%) e Daviz Simango, candidato independente, beneficiou de 1% de votos requalificados, ou seja, um pouco mais de três vezes a percentagem do candidato da Frelimo. Já no caso da eleição da assembleia municipal a situação é inversa. Aqui, a percentagem de requalificação de votos atingiu 2,8% para a Frelimo, contra 0,2% para a Renamo.

Os valores observados levariam a concluir que, contrariamente ao que se passou com os candidatos à presidência, em relação à votação para a assembleia, os membros das mesas de voto teriam sido particularmente rigorosos contra a Frelimo, o que é evidentemente contraditório e totalmente improvável. Fica, pois, por explicar porque e como é que a CNE requalificou uma percentagem tão elevada de votos em favor da Frelimo e só uma percentagem ínfima em favor da Renamo, sendo ainda de sublinhar que a terceira força mais votada nesta eleição, o GDB, com 16% dos votos expressos, não teve nenhum voto requalificado em seu favor (quando mesmo o PDD e o PIMO, que tiveram pequenas votações, próximas dos 3%, tiveram entre 1,9% e 0,5% de votos requalificados) ... Não se pode deixar de pôr a hipótese que, perante um certo equilíbrio na votação da Renamo e da Frelimo, se procurou favorecer esta última por forma a garantir a sua maioria na assembleia.

A cidade de Nacala também conheceu eleições muito disputadas entre a Frelimo e a Renamo, que obtiveram votações muito próximas. Os dados mostram que o padrão de requalificação dos votos nulos pela CNE também aqui foi diferente do padrão geral, em benefício da Frelimo. Assim, na eleição do presidente do Conselho Municipal, a percentagem de votos requalificados para o candidato da Frelimo foi de 4%, enquanto a mesma percentagem para o candidato da Renamo foi metade daquela (2%); na eleição da assembleia a diferença foi menor, mas ainda com vantagem para a Frelimo que teve 2,2% de votos requalificados, contra apenas 1,4% para a Renamo.

Tanto no caso de Nacala como no da Beira, a parcialidade observada na actuação do sistema de administração eleitoral em favor da Frelimo não teve nenhum impacto no resultado das eleições e, portanto, não alterou a vontade expressa pelos cidadãos nas urnas. Já o mesmo não se pode dizer do Gurué. Aqui, o candidato da Frelimo à presidência do Conselho Municipal foi eleito na primeira volta com uma votação de 50,03%. De facto, esta vitória foi baseada na requalificação de votos nulos, tendo o candidato beneficiado de 1,3%, contra apenas 0,6% do seu adversário da Renamo. Foi essa diferença que lhe permitiu passar os 50%. Porém, se a requalificação dos votos nulos neste município tivesse seguido o padrão médio observado no conjunto dos municípios (mais próximo do normal) o candidato da Frelimo teria obtido 49,74% dos votos e teria sido obrigado a enfrentar uma segunda volta. Ora, a segunda volta poderia proporcionar a convergência do voto dos vários candidatos da oposição no candidato da Renamo e isso poderia dar-lhe a vitória. Estamos, pois, neste caso perante um cenário em que a vontade do eleitorado terá sido provavelmente desrespeitada.